



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2020

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2020/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 0001423-06.2018.6.22.8000 (SEI/TRE-RO)

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, e o Estado de Rondônia, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJRO, objetivando a comunhão de esforços para a utilização de cadastro eletrônico de peritos e órgãos técnicos ou científicos (CPTEC), instituído pelo TJRO.

O **Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, inscrito no CNPJ n. 04.565.735/000113, situado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominado **PRIMEIRO PARTÍCIPE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Marcos Alaor Diniz Grangeia**; e o **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, inscrito no CNPJ n. 04.293.700/0001-72, situado na Rua José Camacho, n. 585, bairro Olaria, CEP: 76.801-330, na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominado **SEGUNDO PARTÍCIPE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Paulo Kiyochi Mori**, RESOLVEM, com fundamento na Resolução CNJ n. 233 de 17/07/2016 e no art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil, celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que se regerá pelas normas da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, regendo-se de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Acordo tem por objeto a utilização do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC) instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, destinado ao gerenciamento e escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais, nos termos do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARÁGRAFO ÚNICO - O CPTEC-TJRO contém a lista dos profissionais e órgãos aptos a serem nomeados para prestar serviços nos processos a que se refere o *caput*, acrescidos do currículo e das informações pessoais.

DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPE

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cooperação dar-se-á por meio da conjugação de esforços objetivando a utilização do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC-TJRO), com assunção de ações e responsabilidades próprias de cada partícipe a serem definidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações do Primeiro Partícipe:

I – Utilizar-se do CPTEC/TJRO em conformidade com a Resolução n. 023/2017 PR; e

II – Acompanhar as atualizações do CPTEC/TJRO, sempre que o Segundo Partícipe publicar novo Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA – São obrigações do Segundo Partícipe:

I – Disponibilizar ao Primeiro Partícipe acesso ao sistema CPTEC-TJRO, perfil consulta, contendo nome completo do profissional, especialidade, endereço profissional e telefones e e-mails de contato, para uso do banco de dados de informações dos peritos;

II – Manter atualizado o cadastro de profissionais;

III - Disponibilizar ao Primeiro Partícipe, no prazo de até 30 (trinta) dias, o acesso de novos usuários ao módulo de consulta do sistema CPTEC-TJRO, nos termos do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil; e

IV - Disponibilizar ao Primeiro Partícipe acesso ao sistema CPTEC-TJRO mediante consulta estritamente à relação dos peritos cadastrados e respectivos dados.

PARÁGRAFO ÚNICO - No prazo de no mínimo 30 (trinta) dias, o TJRO deverá estudar a forma de disponibilização de acesso, realizar alterações no sistema para as devidas adequações, realizar os procedimentos pertinentes e liberar o acesso do CPTEC/TJRO ao TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA QUINTA – Este Acordo de Cooperação Técnica não envolve a transferência de recursos financeiros para qualquer dos partícipes, arcando cada um com eventuais despesas pertinentes às suas obrigações.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – O prazo de vigência do presente Acordo é de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA – Este Acordo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registros por simples apostilamento ou termo aditivo, desde que de comum acordo entre os partícipes.

DA DENÚNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA – Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado:

- a) Pela deliberação de qualquer dos partícipes, em qualquer momento, manifestada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Pela inadimplência de qualquer cláusula ou condição, a critério da parte não inadimplente, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) Pela ocorrência de fatos imprevisíveis que impossibilitem sua execução;
- e
- d) Em resguardo ao interesse público.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA NONA – Para articulação das medidas necessárias e controle do cumprimento deste Acordo de Cooperação Técnica, cada participante deverá indicar (01) um representante que será encarregado de realizar o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas no seu âmbito.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No TRE-RO, Primeiro Partícipe, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo titular da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação - SJGI ou pelo substituto respectivo, em caso de ausência do titular, competindo a esse as atribuições previstas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3211-2112/3211-2179 e e-mail institucional gabsjgi@tre-ro.jus.br .

PARÁGRAFO SEGUNDO – No TJRO, Segundo Partícipe, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo servidor Saulo Soares Maia, lotado na Seção de Sistemas de Apoio Administrativo e Gestão de Bens e como substituto, o servidor Wilian Pereira Garcia, lotado na Divisão de Informação/Dejad, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3217-1186/3217-1037 e no e-mail institucional saulomaia@tjro.jus.br.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – O extrato do presente instrumento será publicado no DJE do TRE-RO e no Diário Oficial da União, às expensas do TRE-RO, assim como no DJE do TJRO, na forma do Parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

DA FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Acordo de Cooperação Técnica fundamenta-se na Resolução CNJ n. 223, de 13/07/2016, no art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como na Lei n. 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os casos omissos relativos ao desenvolvimento deste Acordo de Cooperação serão submetidos à apreciação dos partícipes para tentativa de solução em comum.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – As controvérsias oriundas da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica serão dirimidas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preferencialmente administrativamente, e, em última instância, pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho, por ser o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Acordo, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações do primeiro partícipe, para que produza os devidos efeitos legais.

Porto Velho, 20 de março de 2020.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo TRE-RO	Desembargador PAULO KIYOC Pelo TJRO
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 25/03/2020, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOSHI MORI, Usuário Externo**, em 30/03/2020, às 20:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/03/2020, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 31/03/2020, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001423-06.2018.6.22.8000

INTERESSADO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

ASSUNTO: **Análise – Minuta** Termo de Cooperação – **Cumprimento da Resolução CNJ n. 233/2016.**

PARECER JURÍDICO Nº 0473935 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Em razão das Decisões CNJ n. 0002817-37.2018.2.00.0000 ([0297086](#)) e 0002818-22.2018.2.00.0000 ([0297087](#)), o Senhor Presidente deste Tribunal remeteu os autos à Diretoria-Geral para as tratativas necessárias à celebração de Acordo de Cooperação com o Tribunal de Justiça de Rondônia para utilização de seu cadastro de peritos, tradutores, intérpretes e órgãos técnicos ou científicos (CPTEC) - evento [0297094](#).

02. Os Egrégios TRT da 14ª Região, TJ/RO e o TRF da 1ª Região, já haviam criado o exigido cadastro, este Tribunal em consulta aqueles Órgãos para fins aderir ao Acordo de Cooperação ([0401280](#), [0401287](#), [0405827](#), [0405847](#) e [0405847](#)) obteve as seguintes resposta: quanto ao TRF da 1ª região este informou que o cadastro ainda encontra-se em fase de implementação ([0426986](#)); o TRT da 14ª Região possui o cadastro e o sistema de acesso implementado, porém utiliza o sistema de outro Tribunal, mas aventou a possibilidade de compartilhar o banco de dados de informações ([0411673](#)). Considerando essa informação elaborou-se Minuta de Acordo de Cooperação ([0440800](#)), e o TJ/RO avaliando o pretenso acordo, solicitou modelo de minuta do Termo ([0410471](#)) para análise, encaminhado o documento ao TJ-RO ([0410492](#) e [0410562](#)) este postulou por algumas alterações ([0448217](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Instada a se manifestar, a SJGI anuiu com as modificações propostas pelo TJ-RO e nos termos da Manifestação n. 1446 ([0449116](#)) e Informações n. 6554 ([0460347](#)) e 6560 ([0460435](#)) respondeu ao Despacho TJ/RO n. 71687/2019 ([0448217](#)).

04. Por meio do Despacho n. 5065/2019 – PRES/DG/GABDG ([0465289](#)) a Diretora Geral encaminhou os autos à SECONT para adequação e padronização da minuta juntada no evento [0448219](#) e adequação e formalização da minuta juntada no evento [0462811](#), após os necessários ajustes à esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

05. As minutas SECONT já ajustadas foram juntadas nos eventos [0470824](#) e [0470901](#). Em seguida, a Seção de Contratos encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para análise dos referidos instrumentos ([0470947](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

06. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica - ACT. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

07. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Negritou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. De acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93, é aplicável aos acordos, **no que couber**, o disposto na Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, cabe análise da referida minuta de acordo de cooperação quanto à forma, ao conteúdo e à observância da legislação.

09. Em relação à forma, embora se trate de ACT, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível, com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

[...]

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

[...]

10. Ademais, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, **no que forem compatíveis**, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

11. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, que **tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando a utilização de cadastro de peritos e órgãos técnicos ou científicos**.

12. Quanto à publicação, a Cláusula Décima prescreve onde será realizada; e, por fim, nos termos do § 2º do art. 55 da mesma Lei, o Foro eleito para solucionar questões resultantes da execução do acordo ou a ele relativas, dirimidas preferencialmente administrativamente, e, em última instância pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Destarte, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta AJDG **APROVA** os termos das minutas do acordo de cooperação anexa a este processo ([0440800](#)), haja vista estar adequada e contempla os fins a que se propõe.

14. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 06/11/2019, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 06/11/2019, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001423-06.2018.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Cumprimento da Resolução CNJ 233/2016 - Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC)

DECISÃO Nº 615 / 2019 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Os autos em tela foram deflagrados com a finalidade de dar cumprimento às disposições e exigências contidas na Resolução CNJ 233/2016, que versa sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus (CPTEC).

Compulsando o feito, verifica-se que os principais atos e desdobramentos encontram-se devidamente relatados no Parecer Jurídico AJDG [0473935](#) e Manifestação DG [0474452](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conquanto estejamos na esfera de uma Justiça Especializada, resta demonstrada a conveniência de implementação de sistemas e mecanismos, não apenas para o atendimento de demandas do Colendo CNJ, mas também visando à agilidade operacional, à padronização e ao melhor controle das informações pertinentes às atividades de contratação de profissionais e de órgãos prestadores de serviços técnico/periciais.

No bojo dos autos foram colacionados o Ofício nº 1145/2019 ([0410471](#)), oriundo do **Tribunal de Justiça de Rondônia**, e o Ofício n. 126/2019 ([0411673](#)), proveniente do **Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região**, nos quais as referidas Cortes de Justiça se disponibilizaram à celebração de acordo de cooperação, a fim de que esta Justiça Eleitoral possa utilizar seus cadastros eletrônicos de peritos e órgãos técnicos ou científicos (CPTEC).

As minutas dos acordos de cooperação foram analisadas e **aprovadas** pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, conforme evento [0473935](#). No mesmo trilhar, houve manifestação **favorável** da Diretoria-Geral às celebrações de acordos com o TJ-RO e TRT14, conforme evento [0474452](#).

Ante as informações coligidas e considerando as ponderações registradas pelas unidades previamente consultadas, **AUTORIZO** a formalização dos Termos de Cooperação Técnica entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e o **Tribunal de Justiça de Rondônia** e o **Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região**, com vistas à utilização de seus Cadastros Eletrônicos de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC), nos termos das minutas contidas nos eventos [0470824](#) eo [0470901](#).

À Diretoria-Geral, para adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, novembro de 2019.

Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 12/11/2019, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200064
Disponibilização: 31/03/2020
Publicação: 01/04/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

Extrato de Acordo de Cooperação Técnica

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2020/TRE-RO, assinado em 30/03/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO, CNPJ: 04.293.700/0001-72. Objeto: Utilização do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC) instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, destinado ao gerenciamento e escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais, nos termos do art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil. Fundamentação Legal: Resolução CNJ n. 223, de 13/07/2016, no art. 156, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como na Lei n. 8.666/93. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União. Signatários: Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO, e Desembargador PAULO KIYOCHI MORI, Presidente do TJRO. Processo SEI TRE-RO n. 0001423-06.2018.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/03/2020, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos